

Chacel diz que medida não pode demorar mais

O diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre), Julien Chacel, defendeu ontem, no Rio, a imediata decisão do governo para que seja aplicado o expurgo na correção monetária. Segundo explicou, essa decisão tem de vigorar a partir de julho, tendo o mês de junho como referência, pois "se atrasar já não haverá forma de fazer a alteração da correção monetária, a não ser retroativamente, o que seria uma violência".

Após informar que a Fundação Getúlio Vargas já está preparada para efetuar cálculos da correção monetária expurgada, Chacel considerou erro semântico o uso da palavra desindexação, que atribuiu à influência anglo-francesa, por significar retirada de índices bibliográficos. "Aliás, esse erro tem sido cometido

com muita frequência por vocês da imprensa", acrescentou.

Para o diretor do Ibre, expurgo significa eliminar, da correção monetária, determinados efeitos sobre os preços que "não têm relação direta com a boa ou má condução da política econômica". Como exemplo citou os fenômenos acidentais, como quebra de safra, choque de ofertas e "atos de Deus que não podem ser vinculados à competência ou incompetência dos governantes".

Na sua opinião, o caminho mais certo para abrandar o impacto na correção monetária será mediante aplicação de expurgos de determinados elementos que, em certas circunstâncias, "em vez de defender o poder de compra dos diversos setores da sociedade premia certos setores em demasia".